

» continuação da página anterior

mais eficiente e mais focado nas competências essenciais. Continuamos a defender uma descida de impostos, que tem de ser para todos, para famílias e empresas. Veja-se a novela orçamental em que se discutia a descida de um ponto percentual de IRC, o que revela que PSD e PS estão totalmente fora da realidade. Num momento em que o mundo acelera, estamos aqui focados numa questão tão pequena. No episódio mais recente das freguesias, fomos o único partido que votou contra a desagregação, porque estamos a falar de uma contrarreforma, protagonizada pelo PSD contra o PSD de Passos Coelho. E de mais cargos políticos, nomeações e gastos. A IL calculou o custo desta medida em 30 milhões de euros. Isto permitiria que 700 mil portugueses tivessem médico de família.

Nos últimos tempos, o partido está mais atento a questões de segurança e imigração, defendendo uma “abordagem moderada”. Já a oposição interna diz que se trata de uma concessão a agendas de outros partidos.

É uma visão que corresponde a uma ansiedade dos portugueses. Sabemos que temos problemas muito sérios, em matéria de economia, carga fiscal, saúde e habitação. Estivemos nessas discussões, mas não podemos ignorar que as questões da segurança são uma preocupação. Como fazemos? Propondo que haja dados na discussão e, com mais dados do que temos hoje, políticas concretas que possam assegurar a vontade dos portugueses de terem uma sociedade mais segura do que aquela que eventualmente sentem ter hoje.

É injusto dizer que a IL está acantonada na Assembleia da República e na sede nacional?

Isso é de quem não acompanha a realidade do partido. Revela desconhecimento e é uma enorme injustiça para os núcleos e a sua capacidade de estar no terreno a fazer política liberal.

Como contraria as acusações de supostos tiques socialistas, com Rui Malheiro a criticar o fechamento em torno de um núcleo duro da sua liderança e da liderança anterior?

Fico espantado pela acusação, que nem consigo em rigor perceber. Há continuidade na equipa, mas também renovação. Na eleição anterior houve pessoas que

continuaram da equipa de João Cotrim de Figueiredo, mas já na altura houve renovação. Neste caso, creio que não estou errado se disser que a Comissão Executiva que apresento a votos tem uma renovação de cerca de 40%, que não é coisa pouca. Temos pessoas que estiveram em muitas batalhas da IL, que felizmente continuam disponíveis para o combate político e têm enorme responsabilidade também, juntamente com os núcleos e membros, no caminho de enorme sucesso que temos. Ter sucesso é bom e há muitas pessoas que felizmente continuam, outras tiveram outros desafios e, entre renovação e continuidade, fundamental é que continuemos a ter capacidade de atrair membros e de alargar o espaço de influência.

Analisando os últimos dez meses, não encontra nenhuma desvantagem em não haver participação da IL neste Governo?

Para ser totalmente sincero, não. Creio que foi uma excelente decisão irmos sozinhos a eleições e foi uma excelente decisão não integrarmos este Governo. Haverá circunstâncias de composição parlamentar que justificam algumas insuficiências da governação da AD, mas devo confessar que não vejo capacidade reformista. Não se pode governar só para os sindicatos. E aquilo que a AD fez durante dez meses foi governar para os sindicatos. Haverá muitos portugueses que se perguntam: “Votei na AD, mas o que é que de relevante a AD fez

“Há circunstâncias de composição parlamentar que justificam algumas insuficiências da governação da AD, mas confesso que não vejo capacidade reformista.”

para que a minha situação pudesse mudar?” Veja-se as pessoas com mais de 36 anos, que olham para as promessas de descida da carga fiscal e não encontram nenhuma, pois do pouco que desceu parte significativa da alteração que houve nos últimos meses deve-se ainda ao Governo de António Costa. Nas empresas, falamos da descida de um ponto percentual no IRC, com muito poucos sinais de desburocratização e aceleração da economia que seria necessário promover. Mesmo no IRS Jovem, veja-se a situação de portugueses que começaram a trabalhar cedo, acumulando estudos com trabalho, porque tinham necessidade ou vontade de ter autonomia. Esses, provavelmente, já não podem sequer beneficiar, tendo 29 ou 30 anos, se começaram a trabalhar aos 18 ou 19. Veja-se bem a mensagem que se está a passar.

Se tivesse havido ministros liberais neste Governo, fariam melhor em sair?

Não estariam, seguramente, satisfeitos, porque estas políticas não são as que a IL quer para o país, mesmo que um entendimento no Governo implique excedências de parte a parte. Estão tão longe do espírito de transformação que a IL deseja que estaríamos, ou já fora, ou com um enorme problema para resolver. A AD falhou nos alunos sem professor, nos planos de emergência da saúde há um falhanço rotundo, e na habitação as políticas desequilibradas, só pelo lado da procura, aqueceram um mercado que já estava em crise profunda. Como é que a IL poderia estar incluída numa solução que falha tão redondamente, porque não assume as políticas reformistas que são necessárias para o país? **Tal como em 2023 não era suposto haver eleições no ano seguinte, nada impede que a Assembleia da República seja dissolvida no mandato da próxima Comissão Executiva. Se for presidente, pode garantir que a IL irá a votos com listas próprias?**

É a minha convicção. Nas próximas eleições, se acontecerem ainda no mandato da próxima Comissão Executiva, a IL deve apresentar-se a eleições com a sua visão para o país, os seus candidatos e as suas propostas. O que é justo que aconteça nessas eleições, aconteçam quando acontecerem? Que a AD seja avaliada pela sua governação. Se os

portugueses considerarem que governou bem, é justo que tenha uma compensação. Se estiverem desiludidos, é justo que tenha a compensação negativa pelo trabalho que fez. A IL não deve ser parte desta avaliação.

Sendo possível formar um Governo maioritário com a AD, além da manutenção da linha vermelha com a Chega, quais são as exigências inultrapassáveis que a IL deve fazer?

Para nós é muito importante que haja descida de impostos generalizada para todos. A IL vai apresentar uma proposta de reforma fiscal para quando formos a eleições. Essa reforma fiscal é a gêmea da reforma do Estado. Uma depende da outra, porque é preciso libertar recursos para que seja possível baixar impostos. Nestes próximos anos, até às próximas eleições, a IL deve desenvolver um conjunto de propostas reformistas. Só a IL tem capacidade, energia e desprendimento de clientelas. Porque queremos ser reformistas, temos de nos apresentar às eleições com esta visão e não com outra qualquer.

As próximas eleições são daqui a poucas semanas, na Madeira.

Como se consegue ter mais do que um deputado único?

Tivemos duas eleições recentemente, temos uma ideia clara dos problemas da Madeira e estamos convencidos de quais são as mensagens que é preciso reforçar. Há que falar de autonomia e de impostos, mas algo parece evidente, respeitando a autonomia do núcleo da Madeira, que tem a responsabilidade de conduzir a campanha, pois parece-me que as questões de transparência são determinantes. Terminamos este mandato de Miguel Albuquerque com parte significativa dos seus secretários regionais arguidos em processos criminais. Aquando das saídas do Executivo de António Costa criou-se um questionário, aplicado ao Governo de Luís Montenegro. Se o questionário fosse aplicado ao Governo Regional de Miguel Albuquerque, quantos estariam em condições de continuar em funções?

Está totalmente fora de questão que a IL possa dar apoio parlamentar a um novo governo de Miguel Albuquerque?

A decisão da Madeira é legítima e temos de respeitar, mas não estamos condicionados a suportar soluções com que temos enorme divergência. Perguntei ao pri-

